

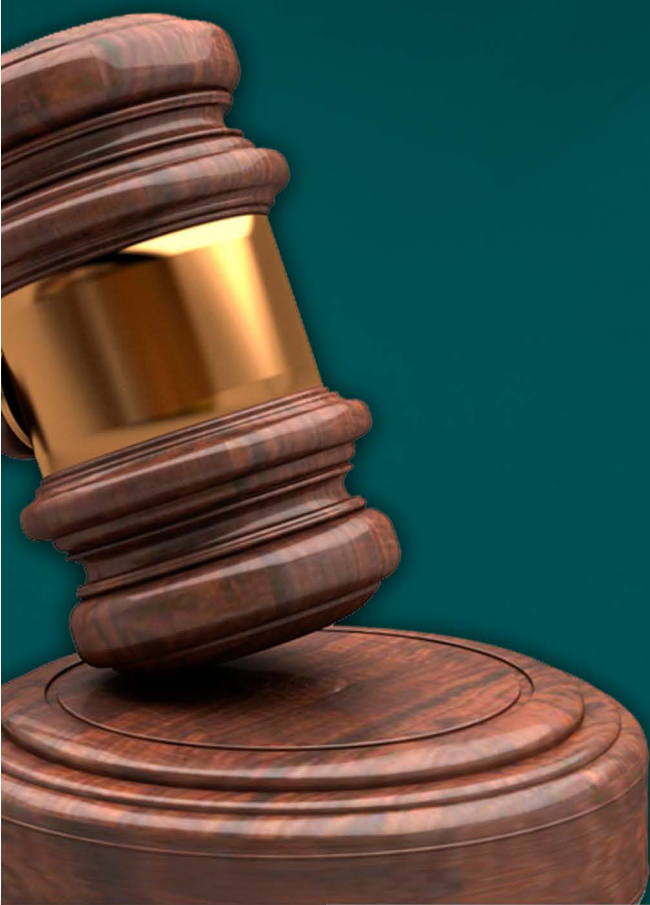


Estratégia
CARREIRA JURÍDICA

2º SIMULADO

MAGISTRATURA

ESTADUAL



INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada nos concursos de Magistratura Estadual para o cargo de **Juiz**;
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil das últimas bancas organizadoras de certames;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Cartão de Respostas																			
1		11		21		31		41		51		61		71		81		91	
2		12		22		32		42		52		62		72		82		92	
3		13		23		33		43		53		63		73		83		93	
4		14		24		34		44		54		64		74		84		94	
5		15		25		35		45		55		65		75		85		95	
6		16		26		36		46		56		66		76		86		96	
7		17		27		37		47		57		67		77		87		97	
8		18		28		38		48		58		68		78		88		98	
9		19		29		39		49		59		69		79		89		99	
10		20		30		40		50		60		70		80		90		100	

PROVA OBJETIVA

Direito Civil

Questão 1

Sobre as invalidades dos negócios jurídicos, é correto afirmar que

- a) É anulável o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
- b) É nulo o negócio jurídico por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.
- c) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de quatro anos, a contar da data da conclusão do ato.
- d) É anulável o negócio jurídico quando for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.
- e) A invalidade do instrumento não induz a do negócio jurídico sempre que este puder provar-se por outro meio.

Questão 2

A responsabilidade civil por danos causados em um veículo por um abaloamento é

- a) Aquiliana, cuja culpa é presumida.
- b) Aquiliana, tendo sido violado um dever negativo.
- c) Contratual, devendo a vítima comprovar os danos causados.
- d) Contratual, uma vez que foi violado o dever de não causar danos.
- e) Aquiliana, devendo ser invertido o ônus da prova, cabendo ao causador do dano comprovar que não agiu com culpa.

Questão 3

Lucas anunciou um carro em um aplicativo de vendas. Marta, interessada, entrou em contato com Lucas através de um aplicativo de mensagens,

onde ele informou o valor do carro e as demais informações. Contudo, Marta estava trabalhando e não pôde continuar a conversa. No outro dia, Marta entrou em contato novamente com Lucas, que informou que já havia vendido o veículo. Neste caso, é correto afirmar que

- a) A venda é anulável, já que a proposta do contrato obriga o proponente.
- b) Marta é considerada pessoa ausente, porque a proposta foi feita por aplicativo de mensagens. Assim, a venda é anulável, pois não decorreu tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente
- c) A proposta somente deixaria de ser obrigatória, caso Lucas se retratasse antes da resposta.
- d) Marta é considerada pessoa presente. Assim, como a proposta não foi aceita imediatamente, deixou de ser obrigatória.
- e) a proposta somente deixaria de ser obrigatória, caso o Lucas houvesse assinalado um prazo para a resposta e este não fosse cumprido.

Questão 4

O primeiro instituto é o negócio jurídico pelo qual o titular de um crédito transfere esse crédito para um terceiro, perante o devedor; a relação jurídica continua a mesma, altera-se apenas o titular do crédito. No segundo, há uma relação jurídica obrigacional entre credor e devedor, na qual este último transmite sua dívida a uma outra pessoa.

- a) O primeiro conceito se refere à cessão de crédito, que pode ser onerosa ou gratuita, independente da anuência do devedor. O segundo conceito se refere à assunção de dívida, que deve ter o consentimento expresso do credor, sendo seu silêncio considerado como recusa.
- b) O primeiro conceito, refere-se a cessão de crédito, que pode ser onerosa ou gratuita, sendo necessária a anuência expressa do devedor, pois seu silêncio importa em recusa. O segundo conceito, refere-se à assunção de dívida, o qual o consentimento do credor é dispensável.

c) O primeiro conceito, refere-se à assunção de dívida, que deve ter a anuência expressa do credor, sendo seu silêncio considerado como recusa. O segundo conceito, refere-se a cessão de crédito, cujo consentimento do devedor é dispensável.

d) O primeiro conceito refere-se a cessão de crédito, que pode ser somente onerosa e, independe da anuência do devedor. O segundo conceito refere-se à assunção de dívida, que deve ter o consentimento expresso do credor.

e) O primeiro conceito refere-se a cessão de crédito, que pode ser onerosa ou gratuita, independente da anuência do devedor. O segundo conceito, refere-se à assunção de dívida, no qual as garantias especiais dadas pelo devedor primitivo permanecem, salvo seu assentimento expresso em contrário.

Questão 5

Extingue-se o poder familiar

a) pela morte dos pais ou do filho, pela maioria e por decisão judicial.

b) pela maioria, caso o pai ou a mãe contraia novas núpcias e pela morte dos pais ou do filho.

c) por decisão judicial pelo castigo imoderado ao filho, pela falta de condições financeiras dos pais e pela emancipação.

d) pela condenação do pai ou da mãe por sentença irrecorrível, em virtude de crime cuja pena exceda a dois anos de prisão, pela morte dos pais ou do filho e pela emancipação.

e) pela maioria, por decisão judicial aquele que praticar homicídio contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar e caso o pai ou a mãe contraia novas núpcias.

Questão 6

A escritura pública deve conter, exceto:

a) referência ao cumprimento das exigências trabalhistas e fiscais inerentes à legitimidade do ato.

b) data e local de sua realização.

c) reconhecimento da identidade e capacidade das testemunhas que hajam comparecido ao ato.

d) declaração de ter sido lida na presença das partes e demais comparecentes, ou de que todos a leram.

e) manifestação clara da vontade das partes e dos intervenientes.

Questão 7

A respeito da suspensão, impedimento e interrupção da prescrição, assinale a opção correta:

a) A interrupção da prescrição efetuada contra o devedor solidário não envolve seus herdeiros.

b) A interrupção da prescrição produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.

c) A interrupção da prescrição operada contra um dos herdeiros do devedor solidário de obrigação divisível não prejudica os codevedores.

d) A interrupção da prescrição operada contra um dos herdeiros do devedor solidário de obrigação indivisível prejudica os outros herdeiros.

e) A suspensão da prescrição operada em favor de um dos credores solidários de obrigação indivisível não aproveita aos cocredores.

Questão 8

A respeito dos alimentos, assinale a alternativa correta, em conformidade com a jurisprudência do STJ:

a) A mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial não tem direito à pensão previdenciária por morte do ex-marido.

b) A pensão alimentícia incide sobre a gratificação natalina, mas não sobre a gratificação de férias.

c) A cesta-alimentação e o vale-alimentação estão incluídos no desconto para fins de pensão alimentícia.

d) A pensão entre ex-cônjuges, apesar de não estar limitada somente à prova da alteração do binômio necessidade-possibilidade, não pode considerar o

tempo decorrido entre o início da prestação alimentícia e a data do pedido de desoneração.

e) É admissível a conversão da execução alimentar avoenga para o rito da penhora e da expropriação, havendo meios executivos mais adequados e igualmente eficazes.

Questão 9

Sobre as ações próprias do Direito de Família, assinale a alternativa correta:

a) É dispensável o ajuizamento de ação de investigação de paternidade pelo MP se a criança for encaminhada para adoção, em caso de omissão do suposto pai.

b) O reconhecimento do filho é ato irrevogável, passível de ser feito por testamento público ou cerrado, aprovado por tabelião de notas, mas não por testamento particular.

c) O reconhecimento do filho pode preceder seu nascimento ou ser posterior ao seu falecimento, se ele deixar descendentes ou ascendentes.

d) Apenas o suposto pai ou suposta mãe podem contestar a ação de investigação de paternidade, ou maternidade.

e) Não devem ser impostos óbices de natureza processual ao exercício do direito fundamental à busca da identidade genética, de forma a tornar-se efetivo o direito à igualdade entre os filhos, bem assim o princípio da paternidade responsável. No entanto, a restrição da coisa julgada oriunda de demandas reputadas improcedentes por insuficiência de prova deve prevalecer para inibir a busca da identidade genética pelo investigando.

Questão 10

Sobre a empreitada, assinale a alternativa correta, conforme a doutrina e a jurisprudência pátrias:

a) O proprietário da obra responde subsidiariamente ao empreiteiro, pelos danos causados a terceiro, no caso de empreitada global ou mista.

b) Prescreve em dez anos a ação para obter, do construtor, indenização por defeitos da obra.

c) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às empreitadas de imóveis habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.

d) A empreitada a preço reajustável é aquela na qual há cláusula que permite a alteração unilateral e imotivada do preço pelo empreiteiro.

e) A empreitada *marché à forfait* é aquela fracionada em relação à obra toda e, por isso, a remuneração é proporcional às etapas executadas.

Direito Processual Civil

Questão 11

Assinale a alternativa correta:

a) O rol de princípios elencados nos artigos iniciais do Código de Processo Civil é exaustivo.

b) Com a constitucionalização do direito processual civil, o contraditório, atualmente, é composto pelo trinômio: ciência, reação e poder de influenciar as decisões do juiz.

c) Os juízes e tribunais terão de, inexoravelmente, atender à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou decisão.

d) Em determinado processo, o juiz não decretou a nulidade existente no processo e requerida pelo réu, mas julgou o mérito a favor do próprio réu. Nesse caso, o juiz desrespeitou as regras do novo Código de Processo Civil.

e) Segundo doutrina majoritária, na jurisdição voluntária não há lide: trata-se de uma forma de administração pública participar de interesses privados.

Questão 12

Marque a alternativa correta:

a) Na arbitragem, as partes não podem escolher a norma de direito material a ser aplicada para a solução do conflito.

b) A imparcialidade é a característica da jurisdição, impedindo o julgador de determinar, de ofício, a produção de prova em juízo.

c) O Código de Processo Civil prevê a identidade física do juiz.

d) Segundo o Código de Processo Civil, é competente o foro da sede da serventia notarial ou de registro, para a ação de reparação de dano por ato praticado em razão do ofício.

e) Tramitando no juízo da Comarca de Cascavel ação de falência da sociedade X, a intervenção da União como interessada no feito implicará na remessa dos autos à Justiça Federal. O juízo federal restituirá os autos ao juízo estadual sem suscitar conflito se o ente federal cuja presença ensejou a remessa for excluído do processo.

Questão 13

Assinale a alternativa correta.

a) É possível associar, em regra, as tutelas condenatórias, constitutivas e declaratórias, respectivamente, com a prescrição, a decadência e a imprescritibilidade.

b) Para a existência do processo é indispensável a citação do réu ou do executado.

c) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando apenas a lei autorizar.

d) A concessão de gratuidade afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

e) A incompetência, seja absoluta ou relativa, deve ser alegada pelo réu em preliminar de contestação; todavia, caso não o faça no prazo legal, as duas se prorrogam.

Questão 14

Marque a alternativa incorreta.

a) Na fase executiva, são admissíveis a desconsideração da personalidade jurídica e o amicus curiae.

b) Segundo o CPC, a tutela antecipada, concedida em caráter antecedente, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso, não podendo ser confundida essa estabilização com a coisa julgada.

c) Processos que envolvam interesse de incapaz e nos quais participa a Fazenda Pública são hipóteses de intervenção obrigatória do Ministério Público.

d) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.

e) O Defensor Público não faz jus ao recebimento de honorários pelo simples exercício da curatela especial por estar no exercício das suas funções institucionais, para o que já é remunerado mediante o subsídio em parcela única.

Questão 15

Considerando o NCPC, a resposta correta é:

a) O juiz não poderá corrigir de ofício o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor.

b) A alteração do pedido ou causa de pedir pode ocorrer antes da citação do réu, sem precisar da anuência deste. Já a renúncia pode ocorrer sem anuência do réu até o oferecimento da contestação.

c) Se o dia do início do prazo do recurso cair em uma data na qual o expediente forense foi encerrado mais cedo que o normal, não haverá prorrogação do início para o dia subsequente.

d) As provas requeridas ou determinadas de ofício antes do início da vigência do NCPC, mas produzidas depois, respeitam as disposições do NCPC.

e) A coisa julgada de questão prejudicial (art. 503, §1º, CPC) aplica-se aos processos iniciados sob a vigência do CPC/73, mas sentenciados já na vigência do novo Código de Processo Civil.

Questão 16

Marque a alternativa incorreta:

a) A tutela de evidência será concedida, independente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil, quando ficar

caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.

b) A parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se a sentença lhe for desfavorável.

c) Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.

d) A gravação da audiência pode ser realizada diretamente por qualquer das partes, independentemente de autorização judicial.

e) A produção antecipada da prova requerida antes do ajuizamento da demanda principal será utilizada somente na hipótese de o autor provar que o prévio conhecimento dos fatos é imprescindível para o ajuizamento de ação.

Questão 17

A resposta incorreta, conforme o NCPC e jurisprudência dos Tribunais Superiores, é:

a) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

b) Quando a sentença contiver condenação ilíquida ao pagamento de quantia, terá lugar o arbitramento, se assim exigir a natureza do objeto da liquidação. Se a sentença precisar de apenas cálculos aritméticos, não haverá liquidação, pois sentença já será considerada líquida.

c) Os embargos à execução serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, aplicando-se, no caso, o art. 229 – prazo em dobro para litisconsórcios.

d) Incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório.

e) Não é possível a penhora do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS para o pagamento de honorários de sucumbência.

Questão 18

Segundo o NCPC, é incorreto afirmar:

a) Nas ações de família, o mandado de citação conterà apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo.

b) O contrato de abertura de crédito, ainda que acompanhado de extrato da conta-corrente, não é título executivo, mas permite o ajuizamento de ação monitória. Por outro lado, o instrumento de confissão de dívida, ainda que originário de contrato de abertura de crédito, constitui título executivo extrajudicial.

c) Em ação consignatória, a insuficiência do depósito realizado pelo devedor conduz ao julgamento de improcedência do pedido, pois o pagamento parcial da dívida não extingue o vínculo obrigacional.

d) Nos juizados especiais, os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno.

e) Conforme art. 562, CPC, para o juiz deferir a liminar em ação possessória, a parte deverá comprovar a probabilidade do direito (*fumus boni iuris*) e perigo de dano na demora (*periculum in mora*).

Questão 19

Assinale a alternativa incorreta:

a) No caso de aquisição de bem não sujeito a registro, o terceiro adquirente tem o ônus de provar que adotou as cautelas necessárias para a aquisição, mediante a exibição das certidões pertinentes, obtidas no domicílio do vendedor e no local onde se encontra o bem.

b) No cumprimento de sentença de prestação alimentícia, o exequente poderá optar pelo juízo do atual domicílio do executado, pelo juízo do local onde se encontrem os bens sujeitos à execução, pelo juízo do local onde deva ser executada a obrigação de fazer ou de não fazer, bem como no juízo de seu próprio domicílio.

c) A utilização do sistema RENAJUD com o propósito de identificar a existência de veículos

penhoráveis em nome do executado não pressupõe a comprovação do insucesso do exequente na obtenção dessas informações mediante consulta ao DETRAN. STJ. 3ª Turma. REsp 1.347.222-RS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 25/8/2015 (Info 568).

d) contra a decisão que nega seguimento ao recurso por força de repercussão geral ou recurso repetitivo, cabe agravo em recurso especial/extraordinário.

e) É cabível ação rescisória de sentença que não tenha resolvido o mérito.

Questão 20

Assinale a assertiva que representa posição dos Tribunais Superiores a respeito do NCPD e da Tutela Coletiva:

a) O art. 5º, § 6º da Lei nº 7.347/85 prevê que os órgãos públicos podem fazer acordos nas ações civis públicas, de modo que a associação privada autora de uma ACP não pode fazer transação com o réu e pedir a extinção do processo, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC.

b) É possível litisconsórcio entre MPF e MPE para ação civil pública envolvendo assinaturas de TV a cabo.

c) a pessoa não filiada não detém legitimidade para executar individualmente a sentença de procedência oriunda de ação coletiva proposta pela associação, inclusive se a sentença coletiva executada tiver sido proferida em mandado de segurança coletivo.

d) Se ACP for ajuizada em comarca diversa daquela em que tiver ocorrido o dano, se o réu não alegar a incompetência territorial, ocorre a prorrogação.

e) Não se admite o cabimento da remessa necessária, nas ações coletivas que versem sobre direitos individuais homogêneos, mas se admite da sentença que concluir pela carência ou pela improcedência de ação de improbidade administrativa.

Questão 21

À luz da jurisprudência do STJ, assinale a alternativa INCORRETA a respeito das relações consumeristas:

a) A utilização de score de crédito, método estatístico de avaliação de risco que não constitui banco de dados, dispensa o consentimento do consumidor, que terá o direito de solicitar esclarecimentos sobre as informações pessoais valoradas e as fontes dos dados considerados no respectivo cálculo.

b) É dispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.

c) Na hipótese de resolução de contrato de promessa de compra e venda de imóvel submetido ao Código de Defesa do Consumidor, deve ocorrer a imediata restituição das parcelas pagas pelo promitente comprador - integralmente, em caso de culpa exclusiva do promitente vendedor/construtor, ou parcialmente, caso tenha sido o comprador quem deu causa ao desfazimento.

d) A recusa de cobertura securitária, sob a alegação de doença preexistente, é lícita se não houve a exigência de exames médicos prévios à contratação ou a demonstração de má-fé do segurado.

e) O Ministério Público possui legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do DPVAT em benefício do segurado.

Questão 22

Florentina comprou um televisor e, durante o seu uso normal, o aparelho explodiu, lesionando seu filho de vinte anos que estava assistindo a uma partida de futebol. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta quanto à responsabilidade do fornecedor.

a) O fornecedor apenas deverá reparar os danos se ficar demonstrada a sua atuação com dolo ou culpa que redundou na explosão do equipamento.

b) O fornecedor não é responsável pelas lesões no filho de Florentina, pois o televisor não fora por ele adquirido, não sendo, portanto, considerado consumidor de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

c) Houve dano causado por vício do produto, devendo o fornecedor reparar os danos materiais e morais de Florentina e seu filho.

d) O fornecedor é responsável pelo fato de produto, a respeito do qual Florentina terá 90 dias para reclamar.

e) O fornecedor é responsável pelo fato do produto, pois o aparelho se apresentou defeituoso, causando danos à segurança dos consumidores, independente da demonstração de dolo ou culpa.

Questão 23

A respeito da defesa do consumidor em juízo, assinale a opção correta:

a) As associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos dos consumidores são legitimadas para defesa coletiva dos direitos dos consumidores, desde que possuam autorização assemblear.

b) O Ministério Público é parte legítima para pleitear entrega de medicamentos nas demandas de saúde propostas contra os entes federativos, salvo quando se tratar de feitos contendo beneficiários individualizados.

c) Decorrido o prazo de um ano sem habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano, poderão os legitimados coletivos promover a liquidação e execução da indenização devida, sendo o produto da indenização devida revertido a um fundo.

d) O juiz deverá priorizar a conversão da obrigação em perdas e danos, quando a ação tiver por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer.

e) A Defensoria Pública possui legitimidade para propor ação civil pública em defesa de interesses individuais homogêneos de consumidores idosos, salvo se os titulares não sejam carentes de recursos econômicos.

Questão 24

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, constituem práticas abusivas nas relações entre consumidores e fornecedores, exceto:

a) executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.

b) recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais.

c) permitir o ingresso em estabelecimentos comerciais ou de serviços de um número maior de consumidores que o fixado pela autoridade administrativa como mínimo.

d) recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes.

e) elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços.

Questão 25

Com base na jurisprudência do STJ, julgue os itens a seguir, a respeito de relações consumeristas:

I - Os Municípios não detêm competência para legislar sobre o tempo máximo de espera por atendimento nas agências bancárias, uma vez que essa é uma questão relacionada com a atividade-fim das instituições bancárias.

II - A invocação da legislação que estabelece tempo máximo de espera em fila de banco é suficiente para ensejar o direito à indenização.

III - A violação aos deveres de qualidade do atendimento presencial, exigindo do consumidor tempo muito superior aos limites fixados pela legislação pertinente, afronta valores essenciais da sociedade, sendo conduta grave e intolerável, de forma que se mostra suficiente para a configuração do dano moral coletivo.

IV - A condenação em danos morais coletivos possui a função de sancionar o ofensor, inibir

referida prática ilícita e, ainda, de oferecer reparação indireta à sociedade, por meio da repartição social dos lucros obtidos com a prática ilegal com a destinação do valor da compensação ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Apenas I, II e III estão corretos.
- c) Apenas II e III estão corretos.
- d) Apenas III e IV estão corretos.
- e) Apenas II, III e IV estão corretos.

Direito da Criança e do Adolescente

Questão 26

Assinale a alternativa correta.

- a) A família ampliada é constituída por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e de afetividade, excluindo avós e irmãos uma vez que não podem adotar.
- b) Ao adolescente aprendiz é vedado o trabalho noturno, realizado entre às 21:00 de um dia às 5:00 do dia seguinte.
- c) A gestante e a parturiente têm direito a acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato.
- d) A perda do poder familiar poderá ser decretada pelo Conselho Tutelar do Município no caso de inequívoco abuso físico do genitor contra o filho.
- e) É assegurado o direito à visita íntima no cumprimento de medida socioeducativa de internação apenas aos adolescentes casados.

Questão 27

Considerando a redação do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, analise os itens seguintes acerca da adoção unilateral.

I – É possível a revogação da sentença de adoção unilateral, mesmo após o seu trânsito em julgado,

quando o adotado se arrependa, em favor de seu melhor interesse.

II – A adoção unilateral é dos excepcionais casos em que o ECA permite que seja deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente.

III – Se um dos genitores for destituído de seu poder familiar, será necessária a oitiva da família extensa do menor para que seja concluída a adoção unilateral.

IV – O padrasto detém legitimidade ativa e interesse de agir para propor a destituição do poder familiar do pai biológico em caráter preparatório à adoção unilateral de menor.

V – Não é possível a adoção unilateral da criança pela companheira da mãe biológica da adotanda, quando o menor foi fruto de inseminação artificial heteróloga, por doador desconhecido, realizada mediante planejamento de casal homoafetivo.

Estão corretas as afirmativas

- a) II, III, V.
- b) todas as assertivas.
- c) II e V, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.
- e) I e II apenas.

Questão 28

De acordo com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção correta, acerca das medidas socioeducativas.

- a) Compete ao Ministério Público conceder a remissão como forma de exclusão do processo. Contudo, caso o juiz não concorde com a remissão, deverá remeter os autos ao Procurador-Geral de Justiça.
- b) Quando for aplicada medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, o adolescente poderá cumprir tal medida mediante prestação de serviços à própria vítima de seu ato infracional, desde que não haja lucro à vítima.
- c) O regime de semiliberdade é subsidiário ao cumprimento da medida em meio fechado,

podendo ser aplicado apenas como forma de transição para o meio aberto.

d) A medida socioeducativa de internação imposta por tempo indeterminado a adolescente que cometeu ato infracional, alcança a prescrição executória em 2 anos.

e) A medida socioeducativa de internação não admite a realização de atividades externas.

Questão 29

Marcelinho, com 15 anos de idade, cometeu ato infracional sem violência ou grave ameaça na cidade de Goiânia/GO, razão pela qual foi aplicada a medida socioeducativa de semiliberdade. Durante a segunda semana em que estava pernoitando na unidade de custódia, Marcelinho não mais voltou e se deslocou à cidade de Pirenópolis/GO, onde residem seus pais, local no qual inexistente unidade de custódia de semiliberdade. Notificados do ocorrido, seus genitores se comprometeram a apresentar Marcelinho ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no fórum localizado em Pirenópolis /GO.

Com base nessa situação, assinale a alternativa correta.

a) Diante da inexistência de unidade de custódia de semiliberdade na cidade de Pirenópolis/GO, Marcelinho deverá ser conduzido à Goiânia/GO para o cumprimento da referida medida socioeducativa.

b) Marcelinho poderá continuar cumprindo a medida socioeducativa de semiliberdade na cidade de Pirenópolis /GO, com a sua inclusão em programa de meio aberto.

c) Marcelinho deverá regressar à Goiânia/GO para o cumprimento medida socioeducativa de semiliberdade, pois este não retornou, injustificadamente, à unidade de custódia durante a aplicação da medida.

d) Considerando que Marcelinho tenha um grande histórico de situação de rua, com diversas passagens por abrigos caracterizado seu mau comportamento em todos eles, é vedada sua inclusão em programa de meio aberto na cidade de

Pirenópolis/GO, devendo retornar à Goiânia/GO para o cumprimento da medida.

e) É vedada a inclusão de Marcelinho em qualquer programa de meio aberto, seja em Pirenópolis/GO, seja em Goiânia/GO, para o cumprimento da medida.

Questão 30

Quanto à proteção dos direitos das crianças e adolescentes, julgue as alternativas a seguir e assinale a correta.

a) No texto da CF, foi conferida, pela primeira vez na história brasileira, prioridade absoluta à criança, tendo-se afirmado sua proteção como dever da família, da sociedade e do Estado. Antes disso, nosso país adotava a doutrina da situação irregular, oficializada pelo Código de Menores de 1979, mas, implicitamente, presente desde o Código de Menores de 1927.

b) A Convenção sobre o Direito da Criança tem eficácia de norma constitucional, segundo entendimento do STF, tendo que foi aprovado com quórum de emenda constitucional, nas duas casas legislativas.

c) As Regras de Beijing, as Diretrizes de RIAD e as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade, não se aplicam ao Brasil, pois não foram formalmente internalizadas em nosso ordenamento jurídico.

d) Em sede constitucional, o legislador pátrio conferiu eficácia limitada ao texto constitucional, cujos dispositivos careciam de regulamentação específica para a produção de efeitos jurídicos, até a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente.

e) O Estatuto da Criança e do Adolescente, que adota a doutrina da situação irregular na CF, revogou expressamente a Lei n.º 6.697/1979.

Direito Penal

Questão 31

Pedro Ernesto utilizou um sonífero para deixar a vítima adormecida em um sofá de uma festa, em um momento em que ela se distraiu e perdeu vigilância sobre seu copo. Deste modo, subtraiu

sua carteira e seu celular, ambos no valor de R\$ 5.000,00.

Assinale a alternativa que representa o crime que ele cometeu:

- a) extorsão.
- b) furto qualificado pela fraude.
- c) roubo próprio.
- d) roubo impróprio.
- e) estelionato.

Questão 32

Assinale a alternativa que NÃO represente um entendimento consolidado do STF:

- a) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do ministério público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.
- b) A Lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- c) Salvo quando nula a decisão de primeiro grau, o acórdão que provê o recurso contra a rejeição da denúncia vale, desde logo, pelo recebimento dela.
- d) Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, desde que o agente tenha realizado a subtração de bens da vítima.
- e) Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.

Questão 33

A correta correlação entre a espécie de dolo e a teoria da ação está na alternativa:

- a) dolo natural; finalismo.
- b) *dolus bonus*; causalismo.
- c) dolo natural; neokantismo.
- d) dolo normativo; finalismo.

e) *dolus bonus*; neokantismo.

Questão 34

Marta, como funcionária há anos de um estabelecimento comercial, conseguiu acesso exclusivo ao armário do chefe, local em que ele guardava, com fechadura própria, um anel que foi de sua falecida esposa. Certo dia, aproveita-se da ausência de outras pessoas no local, em virtude de trabalho extraordinário, e coloca o anel em sua bolsa. No outro dia, o chefe procura pelo anel e não o encontra, resolvendo chamar a polícia. Com acesso a uma câmera de segurança escondida na sala, ele detecta a ação de Marta e ela é presa na propriedade do anel, que ainda estava em sua bolsa.

Marta praticou:

- a) crime impossível, dado o sistema de vigilância.
- b) furto privilegiado tentado.
- c) furto privilegiado-qualificado (híbrido) consumado.
- d) furto qualificado consumado.
- e) estelionato.

Questão 35

Sobre os crimes contra a dignidade sexual, assinale a assertiva INCORRETA:

- a) O crime de importunação sexual é expressamente subsidiário.
- b) A pena de estupro de vulnerável, mesmo no caso de vítima maior de idade que não possa oferecer resistência no momento, aplica-se independentemente do consentimento da vítima ou do fato de ela ter mantido relações sexuais anteriormente ao crime.
- c) Denomina-se de estupro corretivo, com aumento de pena de 1/3 a 2/3, aquele que for cometido para controlar o comportamento social da vítima.
- d) A inclusão de pessoa, mediante montagem, em cena sexual, sem sua autorização, configura o crime previsto no artigo 218-C, denominado de

Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia.

e) O crime de estupro, mesmo que a vítima seja maior de 18 anos, é de ação penal pública incondicionada.

Questão 36

Assinale a alternativa que demonstra a teoria adotada pelo Código Penal brasileiro, de acordo com a doutrina majoritária, sobre o lugar do crime, o tempo do crime e a punibilidade do partícipe:

- a) atividade, do resultado, acessoriedade mínima.
- b) ubiquidade, atividade, acessoriedade máxima.
- c) do resultado, ubiquidade, acessoriedade máxima.
- d) atividade, ubiquidade e acessoriedade limitada.
- e) ubiquidade, atividade e acessoriedade limitada.

Questão 37

A respeito da prescrição, assinale a alternativa correta:

- a) o menor prazo prescricional no ordenamento jurídico brasileiro é o de 3 anos.
- b) a reincidência interrompe o prazo da prescrição intercorrente.
- c) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.
- d) A jurisprudência dos Tribunais Superiores admite a chamada prescrição da pretensão punitiva virtual, por reconhecer a falta de interesse de agir.
- e) O prazo prescricional pode ficar suspenso, segundo o STJ, pelo limite das penas privativas de liberdade, que é de 30 anos.

Questão 38

Leia os seguintes itens sobre concurso de crimes:

I – O concurso material heterogêneo se configura quando o agente pratica, mediante duas ou mais condutas, dois ou mais crimes de espécies diferentes.

II - Há concurso material entre roubo e extorsão se o agente, após subtrair relógio da vítima e sua carteira, exige, mediante grave ameaça, que ela lhe forneça a senha do cartão bancário.

III – Concurso formal impróprio é o aplicável quando, a despeito de configurado o concurso formal próprio, a regra do cúmulo material for mais benéfica ao agente.

IV – Tanto a Exposição de Motivos quanto a jurisprudência apontam que o crime continuado só exige elementos objetivos, já que a lei não menciona elemento subjetivo.

V – É possível o reconhecimento da continuidade delitiva entre roubo e latrocínio, já que este último delito é uma forma qualificada do primeiro.

Estão corretas as seguintes assertivas:

- a) II e III.
- b) I e II.
- c) IV e V.
- d) I e III.
- e) I, II e IV.

Direito Processual Penal

Questão 39

Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa correta:

- a) Para verificar a possibilidade de a infração ter sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, ainda que esta contrarie a moralidade ou a ordem pública, tendo em vista o princípio da obrigatoriedade.
- b) O Inquérito Policial poderá ser instaurado de ofício pelo delegado de polícia, independentemente da natureza da infração penal.
- c) O inquérito policial tem caráter inquisitório, dispensando a ampla defesa e o contraditório,

motivo pelo qual os elementos de informação nele documentados não são disponibilizados ao defensor do investigado.

d) Segundo a jurisprudência dos tribunais superiores, as irregularidades ocorridas na fase do inquérito policial, regra geral, não acarretam a nulidade do processo.

e) Instaurado o inquérito policial, poderá a autoridade policial arquivá-lo, caso tenha dúvidas acerca da efetiva autoria do crime.

Questão 40

No que diz respeito às regras de fixação de competência no processo penal, assinale a alternativa correta:

a) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o primeiro ato de execução.

b) Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumar fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.

c) Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela distribuição.

d) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do ofendido.

e) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência será firmada em razão do local do início da prática criminosa.

Questão 41

A respeito do instituto da revisão criminal, assinale a alternativa correta:

a) A revisão será julgada extinta sem julgamento do mérito quando, no curso da revisão, falecer a pessoa, cuja condenação se requereu fosse revista.

b) Julgada procedente a revisão, é possível a alteração da classificação da infração, a absolvição do réu, a modificação da pena sem agravá-la ou a anulação do processo.

c) Ainda que fundado em novas provas, não será admissível a reiteração do pedido de revisão criminal.

d) No pedido de revisão criminal, o requerente não poderá formular pedido de indenização pelos prejuízos sofridos.

e) Segundo entendimento sumulado do STF, é requisito para o ajuizamento da revisão criminal o recolhimento do sentenciado à prisão.

Questão 42

Acerca dos procedimentos processuais penais, assinale a alternativa correta:

a) No procedimento comum, não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz desde logo designará dia e hora para audiência.

b) No procedimento comum sumário a defesa poderá arrolar até 8 (oito) testemunhas.

c) O Magistrado que presidiu a instrução\audiência torna-se vinculado ao feito, devendo proferir a sentença, em homenagem ao princípio da identidade física do Juiz.

d) No número máximo de testemunhas que podem ser arroladas no procedimento comum ordinário compreendem-se as que não prestem compromisso e as referidas.

e) Pelo rito ordinário do CPP, após a defesa escrita, mesmo que o juiz constate que, pela pena máxima cominada ao delito imputado na denúncia, incide a prescrição, não poderá absolver sumariamente o réu.

Questão 43

Em relação às provas no processo penal, assinale a alternativa correta.

a) A confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.

b) Segundo a jurisprudência recente do STF, é admitida a condução coercitiva do acusado para o seu interrogatório.

c) O Código de Processo Penal não admite a acareação entre acusado e ofendido, na medida em que seria natural a divergência dos seus relatos.

d) São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, mesmo que desobrigadas pela parte interessada.

e) Em nenhuma hipótese poderá o acusado ser impedido de acompanhar pessoalmente a inquirição de testemunha.

Questão 44

No que se refere à busca e apreensão no processo penal, assinale a alternativa correta.

a) O mandado de busca domiciliar deve indicar, ainda que de forma genérica e indeterminada, a casa na qual se realizará a diligência; precisando, contudo, a região da busca.

b) Em nenhuma hipótese será admitida a apreensão de documento em posse do defensor do acusado.

c) A busca e apreensão, quando feita em mulher, somente poderá ser realizada por outra mulher.

d) Nos termos do CPP, caso o morador se recuse a colaborar com a diligência, será permitido o emprego de força contra sua pessoa para o descobrimento do que se procura.

e) A medida de busca pessoal pode ser realizada sem mandado quando houver fundada suspeita de que a pessoa possua objeto que constitua corpo de delito.

Questão 45

Assinale a alternativa que corretamente represente o entendimento adotado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

a) As hipóteses de suspeição do juiz estão elencadas taxativamente no Código de Processo

Penal, não se admitindo interpretação extensiva dessa lista.

b) No excesso de linguagem em decisão de pronúncia, a nulidade poderá ser evitada com a determinação do desentranhamento ou envelopamento da decisão.

c) Entende-se cabível a interposição de recurso especial adesivo pelo Ministério Público em matéria penal, com o fundamento de que, diante da omissão do Código de Processo Penal, deve-se aplicar o Código de Processo Civil.

d) O juízo de admissibilidade da exceção da verdade relacionada ao crime de calúnia em desfavor de autoridade pública com foro por prerrogativa de função é de competência das instâncias ordinárias.

e) A teoria do juízo aparente não serve à ratificação de atos decisórios emanados por autoridade posteriormente considerada incompetente em razão da matéria.

Questão 46

Acerca das disposições legais e entendimentos jurisprudenciais relacionados ao Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta:

a) Na decisão de pronúncia, impõe-se ao juiz a especificação das agravantes, causas de aumento de pena e circunstâncias qualificadoras.

b) Na composição do conselho de sentença do tribunal do júri, as partes poderão recusar até três jurados motivadamente e três jurados imotivadamente.

c) É nulo o julgamento ulterior pelo júri com a participação de jurado que funcionou em julgamento anterior do mesmo processo.

d) O procedimento do júri, por abranger crimes dolosos contra a vida, será necessária e exclusivamente iniciado através de denúncia oferecida pelo Ministério Público, respeitado o princípio da obrigatoriedade da ação penal pública.

e) Segundo a jurisprudência do STJ, a cassação da decisão do Tribunal do Júri manifestamente contrária à prova dos autos, em sede de apelação,

e a desconstituição da decisão por meio de revisão criminal violam o princípio da soberania dos votos.

Legislação Penal Especial

Questão 47

No que tange a interceptação das comunicações telefônicas e a disposições relativas a esse meio de prova, previstas na Lei n. 9.296/1996, assinale a opção incorreta.

- a) A referida medida poderá ser determinada no curso da investigação criminal ou da instrução processual destinada à apuração de infração penal punida, ao menos, com pena de reclusão.
- b) A existência de outros meios para obtenção da prova impedirá o deferimento da referida medida.
- c) O deferimento da referida medida exige a clara descrição do objeto da investigação, com indicação e qualificação dos investigados, salvo impossibilidade manifesta justificada.
- d) A utilização de prova obtida a partir da referida medida para fins de investigação de fato delituoso diverso imputado a terceiro não é admitida.
- e) A decisão judicial autorizadora da referida medida poderá exceder o prazo máximo de quinze dias, prorrogável tantas vezes quanto forem necessárias, dada sua justificativa, tratando-se de medida excepcional.

Questão 48

Acerca do benefício do *sursis* processual previsto na Lei n. 9.099/95, é correto afirmar que

- a) É cabível o benefício na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva, exceto em grau recursal.
- b) Suspensão condicional do processo, também conhecida como *sursis* processual, é um instituto despenalizador previsto no art. 89 da Lei n. 9099/95 que determina a suspensão do processo somente mediante a reparação do dano pelo autor dos fatos.
- c) De acordo com o art. 89, *caput*, da Lei n. 9099/95, para fazer jus ao *sursis* processual a pena privativa de liberdade cominada ao delito deve ser

de até 2 anos, pouco importando se é de reclusão ou detenção, ressalvada as hipóteses de violência doméstica e familiar contra a mulher.

d) O benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um (01) ano.

e) O benefício deverá ser obrigatoriamente revogado, caso o réu, no curso do período de prova, venha a ser processado por contravenção.

Questão 49

Em relação à violência doméstica e ao quanto previsto na Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), assinale a alternativa correta.

- a) A violência familiar, assim considerada para efeitos da lei em pauta, engloba a praticada entre pessoas unidas por vínculo jurídico de natureza familiar ou por vontade expressa.
- b) As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, após tomada de declaração das partes, autoridade competente e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado.
- c) A prisão preventiva do agressor poderá ser decretada pelo juiz de ofício somente durante a instrução criminal, mas não durante o inquérito policial.
- d) Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão temporária do agressor, decretado pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.
- e) A patroa que agride a empregada doméstica que reside no local do emprego quinzenalmente está sujeita às regras repressivas contidas na Lei 11.340/2006.

Questão 50

Acerca da Lei n. 7.492/86, assinale a alternativa correta.

- a) Pacificou-se nos Tribunais Superiores o entendimento de que o crime de gestão fraudulenta se classifica como material impróprio, bastando uma única ação para que se configure.
- b) O princípio da insignificância, que gera a atipicidade material da conduta, não se aplica ao crime de gestão fraudulenta.
- c) O princípio da insignificância, que gera a atipicidade formal da conduta, se aplica ao crime de gestão fraudulenta.
- d) O crime de gestão temerária admite modalidade culposa.
- e) Considera-se instituição financeira a pessoa jurídica de direito público ou privado que tenha como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não, a captação, intermediação ou aplicação de recursos financeiros seus ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, ou a custódia, emissão, distribuição, negociação, intermediação, ou administração de valores mobiliários.

Questão 51

Josué prepara um banho com velas e flores para Maria, sua esposa. Aproveitando-se da distração provocada por ele, subtrai todo o salário que Maria, sua esposa, recebera naquela tarde. Ao descobrir o fato, Maria procura a delegacia de seu bairro e narra o acontecido.

Diante dessa situação aponte a alternativa correta.

- a) Trata-se de violência patrimonial contra a mulher prevista na Lei Maria da Penha e deverá o delegado instaurar inquérito para apurar estelionato.
- b) Trata-se de violência patrimonial contra a mulher prevista na Lei Maria da Penha e deverá o delegado instaurar inquérito para apurar furto
- c) Trata-se de violência patrimonial contra a mulher prevista na Lei Maria da Penha e deverá o delegado instaurar inquérito para apurar furto mediante fraude.
- d) Trata-se de violência patrimonial contra a mulher prevista na Lei Maria da Penha e deverá o

delegado instaurar inquérito para apurar furto por abuso de confiança.

e) Não existirá persecução penal pela presença de imunidade penal absoluta.

Questão 52

Assinale a hipótese que não afasta a elaboração de termo circunstanciado em relação a lesão corporal culposa no trânsito.

- a) Racha
- b) Embriaguez
- c) Guiar veículo automotor com habilitação vencida
- d) Excesso de velocidade em 50 km/h acima do limite permitido
- e) NDA

Questão 53

Durante as investigações de um crime de associação criminosa (Art. 288 do CP), a autoridade policial representa pela decretação da prisão temporária do indiciado Marcos, tendo em vista que a medida seria imprescindível para a continuidade das investigações. Os autos são encaminhados ao Ministério Público, que se manifesta favoravelmente à representação da autoridade policial, mas deixa de requerer expressamente, por conta própria, a decretação da prisão temporária. Por sua vez, o magistrado, ao receber o procedimento, decretou a prisão temporária pelo prazo de 10 dias, ressaltando que a lei admite a prorrogação do prazo de 05 dias por igual período. Fez o magistrado constar, ainda, que Jorge não poderia permanecer acautelado junto com outros detentos que estavam presos em razão de preventivas decretadas.

Considerando apenas as informações narradas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O prazo fixado para a prisão temporária de Jorge é ilegal.
- b) A decisão do magistrado de determinar que Jorge ficasse separado dos demais detentos é legal.

c) A prisão temporária decretada é legal, tendo em vista que a associação criminosa está prevista no rol dos crimes que admitem a decretação dessa espécie de prisão.

d) A prisão é legal pois pode ser decretada com base em representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público.

e) A prisão é ilegal pois não poderia ser decretada sob o argumento de imprescindibilidade para a continuidade das investigações.

Direito Constitucional

Questão 54

“O intérprete não pode chegar a um resultado que subverta ou perturbe o esquema organizatório-funcional estabelecido pelo constituinte. Assim, a aplicação das normas constitucionais propostas pelo intérprete não pode implicar alteração na estrutura de repartição de poderes e exercício das competências constitucionais estabelecidas pelo constituinte originário”. Esse aspecto de interpretação das normas constitucionais diz respeito ao princípio

- a) da harmonização.
- b) da justeza.
- c) da força normativa da Constituição.
- d) do efeito integrador.
- e) do normativo-estruturante.

Questão 55

Sobre o fenômeno da mutação constitucional, assinale a alternativa correta.

- a) Por se tratar de uma constituição rígida, a Carta Magna de 1988 não admite a mutação constitucional.
- b) O fenômeno é o processo formal de mudança das constituições que atribui novos sentidos aos seus preceitos, significados e conteúdos antes não contemplados.
- c) A mutação constitucional é transformação de sentido do enunciado da Constituição realizada

unicamente pelo Poder Legislativo, sem que a redação do seu próprio texto seja alterada.

d) Por meio da mutação constitucional, os textos constitucionais são alterados sem revisões, porém com emendas.

e) Para alguns autores a mutação constitucional é realizada pelo Poder Constituinte Difuso.

Questão 56

Sobre as possibilidades de interferência estatal no direito fundamental à liberdade de associação, assinale a opção correta.

- a) Cabe ao Poder Executivo determinar a dissolução compulsória de associação que tenha por objetivo a promoção de fins ilícitos.
- b) A produção dos efeitos da decisão judicial que determina a dissolução compulsória de associação depende do seu trânsito em julgado.
- c) A legitimidade da associação para a representação de seus filiados restringe-se ao âmbito judicial.
- d) A atuação judicial de associação na condição de substituta processual depende de autorização dos associados por meio de procuração.
- e) A exclusão de um associado de uma entidade religiosa por questões ideológicas está sujeita a revisão pelo Estado.

Questão 57

As matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo dispensada a intervenção do Poder Executivo, muito menos a do Poder Judiciário, são materializadas por

- a) decreto legislativo.
- b) portarias.
- c) leis complementares.
- d) resoluções.
- e) normas específicas.

Questão 58

Em relação aos princípios constitucionais do orçamento, aquele que estabelece que a receita não possa ter vinculações que reduzem o grau de liberdade do gestor e engessa o planejamento de médio, curto e longo prazos, e que se aplicam somente às receitas de impostos, denomina-se princípio

- a) do orçamento bruto.
- b) da não afetação das receitas.
- c) do equilíbrio.
- d) da objetividade.
- e) da exatidão.

Questão 59

Sobre as normas gerais das finanças públicas, assinale com V as afirmativas verdadeiras e com F as falsas.

() A lei complementar disporá sobre emissão e resgate de títulos da dívida pública.

() A lei complementar disporá sobre operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

() A lei complementar disporá somente sobre a fiscalização financeira da administração pública direta.

() A lei complementar disporá sobre a compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, incluindo as características e condições operacionais plenas das instituições voltadas ao desenvolvimento regional. Assinale a sequência correta.

- a) F, F, V, F
- b) F, F, V, V
- c) V, V, F, F
- d) V, V, F, V
- e) V, V, V, F

Questão 60

Em conformidade com o Superior Tribunal Federal, no que diz respeito ao conteúdo exato de Súmulas Vinculantes, é incorreto afirmar:

- a) O ICMS não incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.
- b) O direito ao auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos.
- c) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária se sujeita ao princípio da anterioridade.
- d) A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual.

e) A norma do § 3º do artigo 192 da Constituição, revogada pela Emenda Constitucional 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar.

Questão 61

À luz da doutrina e da jurisprudência do STF acerca da organização do Estado brasileiro e da distribuição de competências federativas, assinale a opção correta.

- a) A imunidade constitucional sobre opiniões, palavras e votos proferidos por vereador no exercício do mandato estende-se além do limite territorial do município ao qual ele esteja funcionalmente vinculado.
- b) É inconstitucional disposição de Constituição estadual que condicione a instauração de ação penal por crime comum contra governadores a prévia autorização legislativa.
- c) Cabe intervenção federal em município em caso de descumprimento de decisão de tribunal federal.
- d) Pertence à União a competência para a edição de lei que institua regiões metropolitanas.
- e) Aos estados compete legislar sobre as hipóteses em que é permitido o porte de arma para servidores públicos de seus quadros.

Questão 62

Considerando o entendimento da doutrina e da jurisprudência do STF sobre o regime de precatórios e requisições de pequeno valor, assinale a opção correta.

- a) Admite-se a prisão civil de governador de estado pelo não cumprimento da obrigação de pagamento dos precatórios de natureza alimentar.
- b) O STF entende ser possível o fracionamento do pagamento das requisições de pequeno valor, desde que o devedor demonstre a impossibilidade de seu pagamento integral.
- c) De acordo com o regime especial de pagamento dos precatórios vigente, não está autorizada aos credores a compensação de débitos tributários.
- d) Segundo o entendimento do STF, no caso de litisconsórcio facultativo ativo, é possível o fracionamento de execução de sentença para expedição de requisição de pequeno valor.
- e) Sociedade de economia mista prestadora de serviço público concorrencial está sujeita ao regime de precatórios.

Questão 63

A respeito do Poder Judiciário, do controle de constitucionalidade e das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta considerando a CF e a jurisprudência do STF.

- a) Se o resultado de uma eleição para a presidência de um tribunal de justiça estadual for questionado judicialmente, competirá à procuradoria-geral do estado a representação do tribunal de justiça para defender o ato impugnado.
- b) O CNJ, além de suas atribuições de natureza administrativa, detém competência para apreciar a constitucionalidade de atos administrativos, por estar incluído entre os órgãos do Poder Judiciário brasileiro.
- c) A ADPF é instrumento adequado para pedir interpretação, revisão e cancelamento de súmula vinculante.
- d) Os efeitos de súmula vinculante editada pelo STF em razão de pacificação de controvérsia judicial

transcendem o Poder Judiciário e alcançam os Poderes Legislativo e Executivo.

- e) O MP junto ao TCU integra o MPU e detém os mesmos direitos e prerrogativas concedidos ao MPF.

Direito Eleitoral

Questão 64

Acerca dos partidos políticos, é INCORRETO afirmar que

- a) A Constituição Federal prevê a autonomia dos partidos políticos que se destina, especificamente, à definição da estrutura interna, organização e funcionamento dos partidos, assim como à adoção dos critérios de escolha e do regime de suas coligações eleitorais.
- b) O STF entendeu que é constitucional, a exigência de representação mínima do partido político no Congresso Nacional como condição para a participação de candidato em debate eleitoral.
- c) Se for constatada a coexistência de filiações partidárias, todas elas serão canceladas.
- d) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado que, dentre outras funções, visam assegurar a autenticidade do sistema representativo.
- e) Quando dois ou mais partidos se fundirem em um só, seus órgãos de direção deverão elaborar projetos comuns de estatuto e programa.

Questão 65

Acerca da jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa correta.

- a) De acordo com o STF, os atos de busca e apreensão de materiais de cunho eleitoral em universidades públicas e privadas não viola a Constituição Federal. Contudo, a suspensão de atividades de divulgação de ideias em universidades públicas e privadas é sim violadora da Constituição.
- b) É válido o cancelamento do título do eleitor que não comparecer à revisão eleitoral.

c) De acordo com o STF, os atos de busca e apreensão de materiais de cunho eleitoral, bem como a suspensão de atividades de divulgação de ideias em universidades públicas e privadas não viola a Constituição Federal.

d) São constitucionais os dispositivos da Lei das Eleições que vedavam sátira a candidatos.

e) É inconstitucional o dispositivo da Resolução 23.404/2014 do TSE, que proíbe a realização de propaganda eleitoral via "telemarketing", em qualquer horário.

Questão 66

Acerca das condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade, assinale a alternativa correta.

a) O exercício da função pública afasta a inelegibilidade do candidato analfabeto.

b) A elegibilidade é a regra desde que preenchidas as condições estabelecidas, quais sejam: nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento, domicílio e filiação partidária e idade prevista na Constituição.

c) O domicílio eleitoral na circunscrição é uma das condições de elegibilidade e é definido como o lugar onde o eleitor estabelece a sua residência com ânimo definitivo, conforme interpretação analógica do Código Civil, em razão de ausência de disposição específica da legislação eleitoral.

d) O prazo de inelegibilidade de 3 anos, por abuso de poder econômico, é contado a partir da data do trânsito em julgado da decisão.

e) Tanto a elegibilidade como a inelegibilidade se apresentam como dever, ambas de forma positiva, cabendo aos Tribunais Regionais Eleitorais verificar se o interessado preenche as condições exigidas e decidir sobre as inelegibilidades que possam alijar o direito à candidatura.

Questão 67

Acerca da organização da Justiça Eleitoral, assinale a alternativa correta.

a) De acordo com o Código Eleitoral, o juiz eleitoral estará impedido quando seu cônjuge for candidato

a cargo eletivo registrado na circunscrição, desde o início da campanha eleitoral até a apuração final da eleição.

b) A Justiça Eleitoral, no exercício de suas atribuições, não pode apreciar deliberações dos órgãos máximos partidários em relação a questões eleitorais envolvendo os seus membros, diante da autonomia dos partidos políticos.

c) Dentre a composição dos Tribunais Regionais Eleitorais constam dois juízes nomeados pelo Presidente da República dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça Estadual, desde que contem com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.

d) O juiz eleitoral tem legitimidade para instaurar, de ofício, procedimento com a finalidade de impor multa pela veiculação de propaganda eleitoral em desacordo com a Lei 9.504/97 (Lei das Eleições).

e) Compete ao Tribunal Superior Eleitoral o registro e a cassação do registro de candidato à Senador da República.

Questão 68

A respeito do direito processual eleitoral, das ações eleitorais e dos respectivos recursos, assinale a opção correta.

a) Nos pedidos de registro de candidatos a eleições municipais, o juiz eleitoral apresentará a sentença em cartório 7 dias após a conclusão dos autos, passando a correr da publicação no Diário Oficial da União o prazo de 2 dias para a interposição de recurso para o Tribunal Regional Eleitoral.

b) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de 15 dias contados da proclamação dos resultados eleitorais.

c) A partir das eleições municipais de 2016, é facultativo o litisconsórcio passivo entre o candidato beneficiário e o responsável pela prática de abuso do poder político, nas ações de investigação judicial eleitoral.

d) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de 10 dias contados da proclamação dos resultados eleitorais.

e) A impugnação de pedido de registro de candidatura não pode ser feita por qualquer eleitor.

Questão 69

Assinale a opção correta acerca de prestação de contas dos gastos de campanha.

- a) A inobservância do prazo para a prestação de contas impede a diplomação dos eleitos, enquanto perdurar.
- b) O uso de alto-falantes e amplificadores de som nas campanhas eleitorais deve obedecer tão somente a restrições de localização: não pode ocorrer nas proximidades de hospitais, casas de saúde, escolas e igrejas, entre outros locais.
- c) Em decorrência do direito constitucional ao sigilo bancário, não se pode exigir que candidatos às eleições majoritárias apresentem extratos e cheques relativos à movimentação financeira dos gastos efetivados em prol de sua campanha.
- d) Se, ao final da campanha, ocorrer sobra de recursos financeiros, esta deverá ser utilizada na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e educação política.
- e) Caso esteja pendente processo judicial relativo às contas de candidato vitorioso, a documentação quanto a elas só poderá ser destruída depois de cento e oitenta dias da diplomação.

Questão 70

Sobre os recursos eleitorais, assinale a alternativa correta:

- a) A apelação criminal eleitoral deverá ser recebida no efeito suspensivo quando a sentença for absolutória e o réu estiver preso preventivamente.
- b) Caberá recurso das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente quando estas divergirem da interpretação de lei de um tribunal eleitoral e de um Tribunal Regional Federal.
- c) O recurso deverá ser interposto no quinto dia da publicação do ato, da resolução ou do despacho.
- d) Dentre as hipóteses de cabimento do recurso inominado, previstas no Código Eleitoral, tendo

por destinatário o TRE, não se inserem os atos e as resoluções emanadas dos juízes e das juntas eleitorais em primeiro grau de jurisdição.

e) Cabe recurso contra a expedição do diploma no caso de erro de fato quanto à determinação do quociente eleitoral.

Direito Empresarial

Questão 71

A respeito do empresário individual, assinale a alternativa correta:

- a) Caso venha a admitir sócios, o empresário individual poderá solicitar ao Registro Público de Empresas Mercantis a transformação de seu registro de empresário para registro de sociedade cooperativa.
- b) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.
- c) Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, iniciar ou continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.
- d) Serão apenas averbados, no Registro Público de Empresas Mercantis, os pactos e declarações antenupciais do empresário e o título de doação, mas não o de herança.
- e) A sentença que decretar ou homologar a separação judicial do empresário e o ato de reconciliação podem ser opostos a terceiros, antes de arquivados e averbados no Registro Público de Empresas Mercantis.

Questão 72

Quanto ao aviamento do estabelecimento empresarial, assinale a alternativa correta:

- a) Prevalece na doutrina que o aviamento faz parte do estabelecimento empresarial, sendo, portanto, um bem do empresário.
- b) O aviamento subjetivo é transmissível.
- c) O aviamento objetivo decorre de aspectos extrínsecos à atividade do empresário, enquanto o

aviamento subjetivo deriva de aspectos intrínsecos e conceituais quanto à atuação do empresário.

d) Não se confundem as figuras do aviamento e do fundo de empresa.

e) O aviamento objetivo é intransmissível.

Questão 73

Em relação ao nome empresarial, assinale a alternativa correta:

a) O nome empresarial é gênero que engloba 4 (quatro) espécies: firma individual, firma social, razão social e denominação.

b) A sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada operará sob denominação, na qual somente os nomes daqueles poderão figurar, bastando para formá-la aditar ao nome de um deles a expressão “e companhia” ou sua abreviatura.

c) Equipara-se ao nome empresarial, para os efeitos da proteção da lei, apenas a denominação das sociedades simples.

d) A sociedade limitada pode adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final “limitada” ou a sua abreviatura.

e) A sociedade anônima opera sob denominação ou razão social designativa do objeto social, integrada pelas expressões “sociedade anônima” ou “companhia”, por extenso ou abreviadamente, no início ou ao final do seu nome empresarial.

Questão 74

Quanto à sociedade anônima, assinale a alternativa correta:

a) A ação de dissolução parcial de sociedade pode ter por objeto a sociedade anônima de capital fechado.

b) A sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas, salvo em caso de mora na integralização, quando todos passam a responder solidariamente pelo montante restante.

c) A companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado secundário, visto que ambas podem negociar no mercado primário.

d) O acordo de acionistas é classificado como contrato bilateral pela maioria da doutrina.

e) É permitida a emissão de ações por preço inferior ao seu valor nominal.

Questão 75

No que tange à execução do cheque, assinale a alternativa correta:

a) Cabe ação executiva contra o emitente e seus avalistas, ainda que não apresentado o cheque, desde que não prescrita a ação cambiária.

b) Cabe ação executiva contra os devedores indiretos, ainda que não apresentado o cheque ao sacado, desde que não prescrita a ação cambiária.

c) Não cabe ação executiva contra o emitente e seus avalistas, mesmo que apresentado o cheque ao sacado no prazo legal.

d) Cabe ação executiva contra o emitente e seus avalistas, ainda que não apresentado o cheque ao sacado no prazo legal, mesmo que prescrita a ação cambiária.

e) Cabe ação executiva contra o emitente e seus avalistas, ainda que não apresentado o cheque ao sacado no prazo legal, desde que não prescrita a ação cambiária.

Questão 76

Sobre o tema contratos, assinale a alternativa correta:

a) A alienação fiduciária em garantia também é conhecida como leasing.

b) Tanto na alienação fiduciária em garantia quanto no arrendamento mercantil há uma divisão na posse entre direta e indireta.

c) A teoria do adimplemento substancial é aceita em qualquer tipo de alienação fiduciária em garantia.

d) Não há responsabilidade solidária entre o franqueador e o franqueado pelos danos decorrentes da inadequação dos serviços prestados em razão da franquia.

e) O contrato de factoring tem disciplinamento sistematizado em legislação específica, inclusive dentro do Código Civil.

Questão 77

Quanto à recuperação judicial, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Constituem meios de recuperação judicial, observada a legislação pertinente a cada caso, dentre outros: o aumento de capital social e o usufruto da empresa.

b) Os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.

c) O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.

d) A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

e) Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, desde que vencidos.

Questão 78

Quanto à falência, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O processo de falência atenderá aos princípios da celeridade e da economia processual.

b) Os processos de falência e os seus incidentes preferem a todos os outros na ordem dos feitos, em qualquer instância.

c) A falência, ao promover o afastamento do devedor de suas atividades, visa a preservar e otimizar a utilização produtiva dos bens, ativos e recursos produtivos, inclusive os intangíveis, da empresa.

d) Da decisão que julga a ação revocatória cabe agravo de instrumento.

e) Serão considerados créditos extraconcursais, entre outros: o das custas judiciais relativas às ações e execuções em que a massa falida tenha sido vencida.

Direito Tributário

Questão 79

Assinale a alternativa correta:

a) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar quaisquer dos tributos previstos pela Constituição.

b) É inconstitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos.

c) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, sendo vedada a sua utilização para majorar ou instituir outras espécies tributárias.

d) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos, salvo com relação aqueles cuja regulamentação seja reservada à lei complementar.

e) É inconstitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, sendo permitida a sua utilização para majorar ou instituir outras espécies tributárias.

Questão 80

Sobre a classificação dos fatos geradores, assinale a alternativa correta:

a) O fato gerador é qualificado como instantâneo quando a sua realização se dá em um átimo de tempo, sendo configurado por um fato ou negócio

jurídico singular que, a cada vez que ocorre, implica no nascimento de uma relação jurídica de direito tributário. É o caso do imposto de importação, que a cada nova operação realizada, faz surgir uma obrigação tributária.

b) Fato gerador periódico ou complexo é aquele que descreve uma conduta que revela um estado de permanência, como ser proprietário de imóvel urbano, no caso do IPTU, ou ser proprietário de veículo automotor, no caso do IPVA.

c) Fato gerador continuado é aquele cuja formação ocorre ao longo de um espaço de tempo. Ao final do período previsto em lei, valoriza-se todos os fatos isolados que, somados, tem a aptidão para fazer nascer a relação jurídica de direito tributário.

d) Todas as alternativas estão corretas.

e) Nenhuma das alternativas está correta.

Questão 81

Sobre responsabilidade tributária, marque a alternativa incorreta:

a) O critério distintivo entre a responsabilidade por substituição (originária) e a responsabilidade por transferência (derivada) é o momento da incidência da norma atributiva de responsabilidade.

b) A distinção entre a substituição tributária para frente e a substituição tributária para trás decorre da posição do responsável tributário na cadeia econômica. Se a sua posição for posterior à posição do contribuinte, estaremos diante de uma responsabilidade tributária para trás (regressiva).

c) É indevida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida

d) a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação

e) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Questão 82

João, que era domiciliado na Bahia, faleceu em 2017, deixando para suas herdeiras, Ana e Maria, domiciliadas no Rio Grande do Sul, dois imóveis, um localizado em Salvador e o outro localizado em São Paulo, além de dois veículos automotores. O inventário foi aberto um mês depois, e tramita na comarca de Salvador. Nesse caso, o ITCMD deve ser recolhido:

a) Unicamente para o Estado da Bahia.

b) Para os Estados de São Paulo e da Bahia, em partes iguais.

c) Para o Estado do Rio Grande do Sul.

d) Para os Estados da Bahia e de São Paulo, com relação a cada um dos imóveis localizados na respectiva unidade federativa, e para o Estado do Rio Grande do Sul, quanto aos veículos.

e) Para o Estado de São Paulo, com relação ao bem imóvel localizado naquela entidade federativa, e para o Estado da Bahia, com relação aos demais bens indicados.

Questão 83

A empresa X informou ao fisco estadual que o total de ICMS devido pelos fatos geradores ocorridos em março de 2013 foi de R\$ 150.000,00. Por passar por dificuldades financeiras, a pessoa jurídica recolheu apenas a quantia de R\$ 50.000,00 em abril de 2013, data do vencimento da obrigação. Em dezembro de 2018, no entanto, o fisco estadual verificou que a quantia devida era de R\$ 200.000,00, e não de R\$ 150.000,00 como havia sido declarado, razão pela qual notificou a pessoa jurídica do lançamento suplementar de R\$ 50.000,00. Apesar da omissão, não se constatou dolo, fraude ou simulação do contribuinte, que optou por não impugnar o lançamento efetuado.

Em janeiro de 2019, o Estado ingressou com ação de execução fiscal cobrando R\$ 150.000,00, sendo R\$ 100.000,00 da quantia declarada, mas não paga, e R\$ 50.000,00 da quantia lançada posteriormente. Diante desse quadro, é certo que:

- a) Ocorreu a decadência com relação aos R\$ 50.000,00 e a prescrição no que tange aos R\$ 100.000,00.
- b) Ocorreu a decadência no que tange aos R\$ 100.000,00 e a prescrição com relação aos R\$ 50.000,00.
- c) Ocorreu a prescrição da totalidade dos valores cobrados.
- d) Ocorreu a decadência da totalidade dos valores cobrados.
- e) Não ocorreu a prescrição e tampouco a decadência.

Questão 84

Sobre isenções tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) As isenções objetivas são aquelas que levam em consideração as circunstâncias individuais do sujeito passivo.
- b) Salvo se aprovada pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo, é vedada a instituição de isenções condicionadas, que são aquelas cuja fruição depende da realização de alguma contrapartida por parte do sujeito passivo.
- c) As isenções abrangem apenas os tributos, não se estendendo às penalidades pecuniárias.
- d) A isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.
- e) As isenções abarcam os tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

Questão 85

Sobre as anistias, assinale a alternativa incorreta:

- a) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

b) A anistia não pode ser concedida em caráter geral.

c) A anistia não se aplica, salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

d) A anistia pode ser concedida apenas a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

e) A anistia pode ser concedida apenas às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza.

Questão 86

Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário, é incorreto afirmar que:

- a) O rol se encontra previsto taxativamente no Código Tributário Nacional
- b) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.
- c) São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.
- d) Na falência, a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.
- e) Na falência, a lei poderá estabelecer limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho.

Direito Ambiental

Questão 87

Marque a alternativa correta:

- a) O meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem dominical, possui expressa proteção constitucional.
- b) O conceito moderno de meio ambiente não abarca o meio ambiente artificial.

c) O princípio da cooperação dos povos relativiza o princípio da soberania nacional, haja vista o status internacional dos recursos naturais.

d) O princípio da função ambiental da posse/propriedade traz para o titular uma série de deveres voltados para preservação do ecossistema. Tais deveres possuem caráter pessoal.

e) Uma das características do bem ambiental, bem de uso comum do povo, é a ubiquidade.

Questão 88

Quanto aos recursos hídricos, marque a alternativa correta:

a) A competência para legislar sobre águas é comum a todos os entes federativos.

b) A lei de Águas (Lei nº 9.433/97) é caracterizada por uma forte centralização na gestão dos recursos hídricos, aumentando assim a eficiência no tratamento de tais recursos.

c) A água, devido ao ciclo hidrológico, é considerada um recurso natural ilimitado, dotado de valor econômico.

d) A outorga de direito de uso de recursos hídricos é o ato administrativo, sempre oneroso, mediante o qual a Administração Pública, através de seus agentes, faculta (autoriza) ao interessado o direito de usar os recursos hídricos, por prazo determinado, de acordo com as condições impostas pelo respectivo ato.

e) O valor recolhido à título de outorga do direito de uso de recursos hídricos possui natureza jurídica de taxa.

Questão 89

Assinale a alternativa correta:

a) O STJ admite o ressarcimento pelo dano moral coletivo ambiental.

b) A responsabilidade civil, em âmbito ambiental, não pode decorrer de ato lícito.

c) O termo de ajustamento de conduta ambiental é capaz de afastar a tipicidade penal.

d) A vegetação das áreas de preservação permanente – APP poderá ser suprimida em caso de conveniência da administração pública, já que o meio ambiente é bem público.

e) O órgão ambiental competente, ao tomar conhecimento do desmatamento em desacordo com a legislação, poderá embargar a obra ou atividade que deu causa ao uso alternativo do solo, como medida administrativa voltada a impedir a continuidade do dano ambiental, propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à recuperação da área degradada.

Questão 90

Assinale a alternativa correta:

a) O jardim botânico é uma espécie de unidade de conservação pertencente ao grupo de uso sustentável.

b) O subsolo e o espaço aéreo sempre integram os limites da unidade de conservação.

c) Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: reciclagem, não geração, redução, reutilização, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

d) O sistema de logística reversa é um dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

e) O tombamento, importante instrumento de proteção do patrimônio cultural (meio ambiente cultural), acarreta a perda da propriedade tombada, mediante justa indenização.

Direito Administrativo

Questão 91

No que diz respeito à criação, modificação e extinção de cargos e órgãos públicos, é correto dizer:

a) Submete-se à reserva de lei a extinção de cargos ou empregos públicos, ainda quando vagos.

b) Decreto presencial de organização, com fundamento no art. 84, VI, “b”, da CF, pode alterar

a estrutura da Administração direta federal em qualquer caso, e da Administração indireta, se houver lei.

c) Na CF/88 existe vedação absoluta à extinção, por decreto, de cargos, empregos ou funções públicas.

d) É inconstitucional decreto presidencial que extingue órgão colegiado cuja existência encontre menção em lei em sentido formal.

e) Decreto autônomo pode criar cargos públicos, exceto se gerar aumento de despesa.

Questão 92

O princípio da autotutela não tem previsão direta na CF/88. Acerca de seu regramento infraconstitucional está correto afirmar que:

a) De acordo com as Súmulas 346 e 473 do STF, a anulação é um dever imposto à Administração, ao passo que a revogação consiste em mera faculdade.

b) Estabelece, como regra, a possibilidade de anulação e revogação de atos administrativos pela via administrativa, desde que mediante provocação do interessado.

c) A anulação somente pode recair sobre atos administrativos discricionários, perfeitos, válidos e eficazes.

d) Seu conteúdo é explicitamente disciplinado pela Lei 9784/99 (processo administrativo), que fixa prazo para a anulação mas não para revogação.

e) A anulação e a revogação, tanto nas Súmulas do STF quanto na Lei 9784/99, são deveres impostos à Administração.

Questão 93

No controle judicial sobre as decisões colegiadas do Conselho Administrativo de Defesa Econômica:

a) Admite-se amplo controle, de legalidade e de mérito, sobre a atividade regulatória da autarquia.

b) A capacidade institucional na seara regulatória, a qual atrai controvérsias de natureza acentuadamente complexa que demandam tratamento especializado e qualificado, revela a

reduzida expertise do Judiciário para o controle jurisdicional das escolhas políticas e técnicas subjacentes à regulação econômica, bem como de seus efeitos sistêmicos.

c) Desde que ocorra comprovada violação a princípios administrativos, cabe ao juiz substituir o administrador na tomada de decisões.

d) A impugnação judicial de decisões colegiadas da autarquia sujeita-se, nos termos da lei de regência, a prazo prescricional de 3 anos.

e) Cabe recurso hierárquico próprio ao Ministro da Justiça contra decisão colegiada do Cade.

Questão 94

A respeito das regras constitucionais sobre a cumulação remunerada de cargos públicos, está correto afirmar que:

a) Havendo compatibilidade de horários é possível cumular mais de dois cargos públicos.

b) É possível a cumulação além de 60 horas semanais se comprovado o cumprimento de ambas as jornadas. Quando houver compatibilidade de horários, a existência de norma infraconstitucional limitadora de jornada semanal de trabalho não constitui óbice ao reconhecimento da cumulação de cargos prevista no art. 37, XVI (1), da Constituição Federal (CF).

c) Admite-se acumulação de um cargo de massoterapeuta com outro técnico ou científico.

d) A Constituição Federal proíbe a acumulação de um cargo público de médico com um emprego na mesma função em hospital particular.

e) Havendo enquadramento nas hipóteses cumuláveis de cargos, é possível receber simultaneamente as duas remunerações, ainda que superando o teto constitucional, desde o pagamento seja feito por entidades federativas diferentes.

Questão 95

A respeito do teto remuneratório aplicável a servidores municipais, é correto afirmar que:

a) A expressão “procuradores”, contida na parte final do inciso XI do art. 37 da CF, na axiologia do Supremo Tribunal Federal, compreende os procuradores autárquicos, além dos procuradores da Administração Direta, o que conduz à compreensão de que os procuradores municipais também estão abrangidos pela referida locução, considerando-se como teto remuneratório o subsídio dos desembargadores de tribunal de justiça.

b) Será o subsídio mensal pago aos vereadores, no caso de servidor vinculado à Câmara Municipal.

c) Nos municípios que possuem Tribunal de Contas Municipais, os servidores do TCM sujeitam-se ao subsídio mensal pago aos vereadores.

d) O teto para todos os servidores municipais constitui um percentual do subsídio mensal pago aos Ministros do Tribunal de Contas da União.

e) Sob pena de violar-se a autonomia municipal, cabe à respectiva Câmara de Vereadores fixar, por lei específica, o teto remuneratório aplicável aos seus servidores.

Questão 96

Quanto aos direitos do candidato aprovado em concurso público, está correto afirmar que:

a) A convocação do candidato aprovado na posição anterior gera direito adquirido à posse do candidato subsequente.

b) A aprovação dentro do número de vagas anunciadas no edital gera direito adquirido à imediata nomeação.

c) A preterição na ordem classificatória gera direito adquirido à nomeação do preterido.

d) Existe direito subjetivo à nomeação de candidatos aprovados para cadastro de reserva em concurso público para o cargo de advogado de sociedade de economia mista, ante a contratação de escritórios de advocacia durante o prazo de vigência do certame.

e) Ocorrendo qualquer uma das hipóteses jurisprudencialmente reconhecidas de conversão da mera expectativa de direito em legítimo direito adquirido à posse, poderá imediatamente o titular

do direito adquirido pleitear judicialmente sua nomeação.

Questão 97

Acerca do regime jurídico aplicável ao concurso público, marque a assertiva correta:

a) O prazo de validade constitucionalmente previsto para o concurso público pode incluir mais de uma prorrogação, desde que não superado o limite máximo de 4 anos.

b) Nada impede que o edital estabelece o prazo de validade de 3 anos, prorrogável por 1 anos.

c) É constitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público

d) Havendo previsão legal específica, o edital pode estabelecer concurso exclusivamente de títulos.

e) É obrigatória a prévia aprovação em concurso de provas e títulos para os agentes públicos integrantes dos quadros das serventias extrajudiciais.

Questão 98

A eficácia preliminar atípica do ato administrativo é doutrinariamente denominada:

a) Eficácia prodrômica.

b) Eficácia indireta.

c) Eficácia translativa.

d) Eficácia multiadjudicatória.

e) Eficácia indireta atípica.

Questão 99

Na hipótese de certa comissão processante, verificando a prática de ato de improbidade administrativa por parte de servidor, após oportunizar contraditório e ampla defesa, concluir pela aplicação da sanção de suspensão dos direitos políticos, pode-se dizer que:

- a) A sanção, embora prevista no Estatuto do Servidor Público, não poderia ser aplicada no âmbito da comissão.
- b) A priori, não se pode deduzir irregularidade grave no procedimento adotado, somente com as informações fornecidas.
- c) Ocorreu desatenção ao princípio da proporcionalidade.
- d) Houve flagrante violação do devido processo legal formal.
- e) Admite-se a aplicação de sanção disciplinar prevista em leis estranhas ao regime jurídico do servidor desde que a conduta esteja tipificada como ilícito nas duas leis.

Questão 100

O contrato administrativo pelo qual o Estado transfere prestação de serviço público a pessoa jurídica privada, mediante prévia concorrência pública, e em caráter temporário, denomina-se:

- a) Contrato de credenciamento.
- b) Consórcio público.
- c) Concessão precedida de obra.
- d) Concessão de serviço público.
- e) Concessão de uso de jazida.

